

16 JAN 1992

JORNAL DO BRASIL

# Governo vai reter 70% do orçamento da União

BRASÍLIA — O ano de 1992 promete uma situação de extrema precariedade para o custeio da máquina administrativa. Antes mesmo de receber do Congresso Nacional o Orçamento Geral da União, a Secretaria de Planejamento do Ministério da Economia já prepara uma rígida contenção dos gastos públicos. A exemplo do que fez em 1991, o governo pretende determinar, nos próximos dias, um novo contingenciamento na liberação de verbas que será, no mínimo, igual ao de 1991. Ou seja, inicialmente pelo menos 70% das verbas previstas no orçamento ficarão bloqueadas. O restante dos recursos será liberado na medida em que a arrecadação de impostos se mostrar suficiente.

O Congresso aprovou para este ano um orçamento de Cr\$ 53 trilhões, estimados com base em valores de abril de 1991. A correção monetária será feita com a utilização do multiplicador de 9,2, o que elevará os valores globais a Cr\$ 487,6 trilhões. Impressionante à primeira vista, essa massa de recursos será insuficiente para a cobertura de todos os gastos com custeio da máquina administrativa e investimentos do governo, já que quase a metade da receita será consumida com a rolagem da dívida pública. Mais do que isso, o orçamento traz outros problemas que terão de ser contornados pelo governo.

O primeiro deles é que a receita com impostos, taxas e contribuições prevista na lei orçamentária é considerada superestimada. O próprio governo previu que um esforço de arrecadação trará aos cofres públicos de Cr\$ 248 bilhões adicionais este ano, o que foi recebido com ceticismo pelos partidos de oposição no Congresso. Não satisfeito com essa previsão, o relator da Comissão de Orça-

mento, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), líder do bloco governista na Câmara, ampliou em mais Cr\$ 248 bilhões a receita da União, e destinou a quase totalidade desses recursos para um só órgão, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Esses números não deverão confirmar-se na arrecadação de impostos, segundo técnicos da Secretaria de Planejamento.

**Superávit** — Há um outro complicador. O governo prometeu, na carta de intenções encaminhada ao FMI em dezembro passado, um superávit de 3% nas contas públicas de 1992. Se o superávit de 0,5% em 1991 foi obtido à custa de drásticos cortes de gastos, é fácil prever a penúria que a administração federal terá de enfrentar para que, este ano, o Tesouro tenha uma sobra de caixa seis vezes maior.

Falta, ainda, definir como será coberto o déficit da Previdência, estimado pelo governo em Cr\$ 11 trilhões, e em cerca de Cr\$ 6 trilhões por assessores da Câmara dos Deputados. Depois de acertados os números finais, serão estabelecidos os critérios para a liberação das verbas orçadas, uma responsabilidade que a Secretaria de Planejamento não pode assumir por conta própria, porque terá de levar em conta as determinações da Presidência da República e as pressões políticas que todos os anos partem dos parlamentares.

Ontem, o Diário Oficial da União divulgou um decreto estabelecendo que 1/12 dos recursos programados podem ser utilizados este mês para pagamento de pessoal e outras despesas da máquina administrativa. Mas as restrições para todo o ano somente serão definidas depois que o Congresso devolver ao Poder Executivo a versão final do Orçamento.